



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº4– Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 13 de setembro de 2017

No dia treze de setembro do ano de dois mil e dezassete, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata da 3ª sessão ordinária, realizada no dia 30 de junho do ano em curso.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Informação relativa à atividade desenvolvida pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

4.2 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

4.3 - Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2018.

4.4 - Proposta de lançamento da derrama e da definição da respetiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2017, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2018.

4.5 - Proposta de fixação, para o ano de 2018, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro.

4.6 - Participação variável no Imposto sobre Rendimento das pessoas Singulares (IRS) / Definição da taxa de IRS a fixar para o ano de 2018.

4.7 - Prestação de Contas do Município relativa ao primeiro semestre de 2017.

4.8 – Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2017 / artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei nº 22/2015.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.9 - 2ª Revisão aos documentos previsionais aprovados para o ano de 2017 (revisão ao orçamento da receita, revisão do orçamento da despesa).

4.10 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria da Conceição Luís Albelo Gonçalves, residente rua do Couto, nº 14, Outeiro, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.11 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Jorge Correia Teixeira, residente rua da Cortinha, nº 1, Bagulhão, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.12 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Carlos Manuel Ramos Lopes, residente na rua Costa do Vale, nº 52, Travassos do Rio, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.13 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Fátima Afonso Miranda, residente na rua Carril, nº 16, Viade de Cima, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.14 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Manuel Lopes Alves, residente na rua Nova, nº 2, Reigoso, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.15 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Filipe José Rua Moura, residente na rua Capela, nº 14, Antigo de Sarraquinhos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.16 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. João Manuel Miranda Lima c.c herança de, residente na rua Carril, nº 4, Viade de Cima, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.17 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Manuel Rua Lucas, residente na rua do Forno, nº 2, Arcos, freguesia de Cervos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.18 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Rodrigues Dias, residente na rua da Fonte, nº 8, Castanheira, freguesia de Chã, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.19 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Dias Moura, residente na rua Santo, nº 1, Gralhós, freguesia de chã,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.20 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Albertina Rodrigues Miguel Cachandola, cabeça de casal da herança de, residente na rua dos Caldeireiros, nº 14, Pitões das Júnias, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.21 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Pires Esteves Mourão, residente na rua do Rigueiro, nº 3, Outeiro, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.22 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Fernanda Marques Matos Minas, residente rua do Carvalho, nº 5, S. Lourenço, freguesia de Cabril, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.23 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Júlia Natividade Fernandes Barroso Pereira Jorge, residente na rua da Capela, nº 2, Linharelhos, Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

4.24 - Pedido de apoio financeiro formulado pela freguesia de Sarraquinhos, destinado a apoiar as despesas com a beneficiação de caminhos.

4.25 - Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Montalegre e Padroso, destinado a apoiar as despesas com a organização do Torneio de Futsal.

4.26 - Pedido de apoio financeiro formulado pela Freguesia de Cabril, destinado a apoiar as despesas com a pavimentação no Santuário da Sra. das Neves, na aldeia de S. Lourenço.

4.27 - Pedido de apoio financeiro formulado pela freguesia de Tourém, destinado a apoiar as despesas com a beneficiação dos arranjos da capela Mortuária da freguesia.

4.28 - Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a apoiar as despesas com a limpeza e arranjo do caminho de Lamas a Loivos.

4.29 - Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Sezelhe e Covelães, destinado a apoiar as despesas na construção de um muro de suporte do caminho do Cemitério em Paredes do Rio.

5 – Período após a ordem do dia

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes trinta e oito membros à exceção dos deputados Manuel Carvalho, Joaquim Babo, Sandra Pinto, Carla



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Rodrigues, Maria Clotilde Gomes, Alda Malho, Ana Maria Martins, José Carlos Costa, Rui Duarte, Lúcia Jorge, Herculano Pereira, Domingos da Costa e José Bento Dias.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Maria Clotilde Gomes, Alda Malho, Ana Maria Martins, José Carlos Costa, Rui Duarte, José Paulo Pereira, Lúcia Jorge, Adriano Costa e António Reis.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Carla Rodrigues, José Fernando Moura e Albertina Lopes.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, e do Senhor Vice-Presidente, David José Varela Teixeira, estiveram presentes os Vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Duarte Crespo Gonçalves.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

Encontrando-se ausente da presente sessão o 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Manuel António da Silva Carvalho, o Senhor Presidente Assembleia designou o deputado Alberto Martins Fernandes para o substituir.

1 – Apreciação e votação da ata da 3ª sessão ordinária, realizada no dia 30 de junho do ano em curso.

A ata da 3ª sessão ordinária realizada, no passado dia 30 de junho de 2017, foi posta à consideração, tendo os deputados Acácio Gonçalves e Marco Sousa feito alguns reparos.

O deputado Acácio Gonçalves disse que as atas são mal redigidas pois não transcrevem a linguagem inapropriada utilizada pelo Presidente da Câmara. As atas devem relatar exatamente o que se passou nas reuniões. As palavras que o Presidente da Câmara diz são obscenas, pois refere-se à oposição como sendo “bolas de Berlim”.

O deputado Marco Sousa fez correção à ata na parte respeitante ao Período Antes da Ordem do Dia e quando leu o Acórdão do Tribunal Administrativo de Mirandela pois foi lido mais do que três linhas, e pediu retificação e que conste: “Donde para haver perda de mandato mister seria que a ação integrasse uma ilegalidade grave dolosa traduzida na consecução de fins alheios ao interesse público e coubesse na previsão dos artigos 8, nº1, al.d) e 9, al.j), da L. 27/96. Que é ilegalidade, é. Mas que seja grave, ou dolosa ou traduzida na consecução de fins alheios ao interesse público temos dúvidas porque não vêm participados elementos para tanto nem do procedimento administrativo de ajuste direto se consegue retirar tal conclusão.

Avançam os participantes que a factualidade “para além de ilegal, não pode deixar de ser interpretado como caso de favorecimento”. Que é ilegal já o dissemos. Mas não chega a “interpretação” ou até a mera conclusão para ir mais além, no caso para se pedir a perda de mandato. Porque quer uma interpretação quer uma conclusão sempre terão de assentar em elementos ou circunstâncias concretas ou indícios suficientes que traduzam dolo, gravidade, interesse pessoal. Não os há.

A situação de facto também não cabe na previsão do art.8, nº2, da L.27/96. Porque, se é verdade que havia impedimento legal para contratar em relação ao vendedor, não menos verdade é que ele, do lado do vendedor, não agiu como autarca no exercício das suas funções ou por causa delas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

E em relação ao presidente da Câmara que ajustou o contrato, em representação do Município, não se vislumbra impedimento legal ou impedimento legal ou impedimento por interesse do próprio ou por via de relação familiar.

Mas houve intenção de favorecimento? Os participantes concluem que sim. Mas elementos probatórios dessa situação não nos trazem. Nem dos autos se retiram.”

O deputado Acácio Gonçalves fez a seguinte declaração de voto: “Má redação da ata”.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com um voto contra do deputado Acácio Gonçalves e com três abstenções dos deputados Albertina Lopes, Marco Sousa e José Fernando Moura.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido. Informou que foi entregue aos líderes partidários cópia da carta enviada por Barroso da Fonte onde solicita retificação de uma ata da assembleia municipal.

O deputado Acácio Gonçalves disse que lhe entregaram cópia da referida carta há um minuto atrás e desta forma não consegue analisar devidamente o documento.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que apenas os deputados da assembleia podem pedir alterações às atas e, assim sendo, o pedido feito pelo Senhor Barroso da Fonte fica sem efeito.

A Assembleia tomou conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu autorização para agendamento, como último ponto da ordem de trabalhos, do seguinte assunto: “4.30 - Protocolo de Execução da Rede de Transportes Escolares”.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o que está em causa é incluir na ordem de trabalhos o ponto “Protocolo de Execução da Rede de Transportes Escolares” uma vez que não foi possível agendá-lo atempadamente.

É verdade que há assuntos que obrigam a investigação e pesquisa. Não é o caso. Trata-se apenas de uma aprovação de uma adenda ao protocolo dos transportes públicos já existente, uma vez que os autocarros da Câmara têm o seu fim de vida à vista. Neste âmbito, o que está em causa são os três circuitos que os autocarros camarários faziam. Pensa que este assunto não requer estudo prévio.

Deliberação: Aprovado por unanimidade o agendamento do ponto “4.30 - Protocolo de Execução da Rede de Transportes Escolares” à ordem de trabalhos.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, João Soares, Marco Sousa, António Ferreira, Pedro Barroso, Ricardo Moura, Nuno Pereira, José Fernando Moura, Paulo Barroso e Fátima Crespo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Acácio Gonçalves disse que esta será a última reunião deste mandato e mal pareceria não rebobinar o passado, confrontando-o com o presente. Entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras:

Com esta sessão, a Assembleia Municipal encerra mais um ciclo político de quatro anos de governação do PS, com o cunho do Presidente executivo socialista Orlando Alves, dotado de uma apetência voraz para entrega de obras por “ajuste direto” que deixa um concelho carente em projetos de infraestruturas e privado de obras necessárias ao bem-estar da nossa população.

No ano de 1997/1998, há 20 anos atrás, a Câmara Municipal de Montalegre, já socialista há oito anos assinou com as forças vivas do concelho e organizações nacionais, com a supervisão da então denominada Associação PROBARROSO (substituída mais tarde pela Associação ECOMUSEU) o apregoado pacto territorial para o desenvolvimento do Barroso, apoiado pelo IEFP, com a finalidade de desenvolver atividades produtivas, fixar, captar e desenvolver os recursos humanos, criar uma identidade territorial baseada no património natural e cultural e criando um fundo de investimento que garantisse a sua autossustentabilidade, fracassando em todos os níveis, não conseguindo os objetivos propostos e do fundo nunca mais se soube dele, sendo mais tarde o pacto sido entregue à ADRAT, com quem, na atualidade ainda negocia, intermediando quase sempre o auto denominado ECOMUSEU – Associação privada que veio plagiar o ECOMUSEU- unidade orgânica municipal, chegando mesmo ao cúmulo de se misturarem e confundirem os serviços públicos e privados, com Administradores pelo meio que ganham 3.500,00€ mensais, mais do que o Presidente da Câmara.

Assim decorre a vida cá pelo Barroso, com festas, foguetes, almoços e convidados com o cunho “PS”, ficando no decurso destes 28 anos os objetivos socioculturais, económicos e ambientais agendados para as “calendas gregas”; os primeiros objetivos deixam a democracia participativa, a responsabilidade associativa, de iniciativa, de criatividade cultural e identidade cultural de rastos; os segundos objetivos económicos também não foram atingidos, não havendo redução da pobreza e do desemprego e a utilização dos recursos do Município na área financeira não foram eficazes, gastando-se financeiramente mais com o supérfluo do que com o necessário; na área ambiental os objetivos também não foram atingidos, a poluição avança sem coragem do executivo em dizer “basta” sendo uma realidade a poluição do Rio Cávado em toda a extensão do parque de Lazer do Rio e nas redondezas do Matadouro Regional onde não funciona a ETAR, já para não citar a poluição do Rigueiro de Sás proveniente da zona industrial sem ETAR.

A preservação da Biodiversidade e dos ecossistemas estão a necessitar de acompanhamento com vista à manutenção da caça e pesca associadas ao turismo rural.

Os grandes investimentos faraónicos (multiusos, pista de rally cross, campo de tiro e Ponte da Vergonha) são obras que roubam o dinheiro que irá faltar ao bem estar da população na saúde, educação, animação cultural e na criação de empresas e outras atividades económicas de produtos e serviços regionais.

Trazendo de novo à memória as peripécias que nestes últimos 28 anos de governo socialista e lembrando o famoso pacto de desenvolvimento do Barroso eu diria que houve três associações, ou melhor, três pactos com o diabo; o primeiro é a Associação Adere Barroso que tinha por objetivo fomentar o turismo e cultura do Barroso, sendo ela a promotora da Feira do Fumeiro e do Presunto do Barroso na qual estavam representadas as Juntas de Freguesia, Câmara Municipal e as forças vivas do concelho, foi dissolvida porque o conflito de interesses pessoais ultrapassou os limites.

Já estava na forja o ferro e fogo para inovação e logo nasceu a Probarroso mais ou menos com os mesmos objetivos da Adere Barroso que funcionando mais ou menos quatro anos inovando na criação de emprego, começou a “meter o bedelho” na educação com propostas de criação do território educativo do Baixo Barroso, chamando Juntas de Freguesia, escolas e professores,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

esquecendo-se que isso era feudo da frente revolucionária com posição de destaque no executivo camarário e começam os conflitos e a Câmara não dá apoio à iniciativa. Abrem caça aos dirigentes que desaparecem do concelho, uns fugindo para Africa e outros ficando lá fora cá dentro e abatem a instituição.

A corja continuou a aquecer e a moldar o ferro e então aparece a obra de arte mais enfeitada com polos e outros ornamentos, já possui estruturas básicas lá para os lados de Boticas (Covas de Barroso) e administradores daqueles lados altamente remunerados, deslocam-se funcionários camarários adestrados a com visual e assim nasce o Ecomuseu – Associação privada que continua a espremer o orçamento municipal com festas, matanças, segadas, malhadas, sendo o deficit suprido pela empresa denominada por Jorge Sampaio “O Bando dos seis”.

Vai acabar este mandato com obras inacabadas (falta o chegódromo do Multiusos porque o túnel já lá está, o polidesportivo com dois campos no Parque de Lazer) a estação de camionagem vai cair aos bocados, sem quartos de banho, sem sala de estar e portas fechadas. O saneamento não passa das 30 aldeias das 136 do concelho e 50% foi feito no tempo da presidência do Prof. Carvalho de Moura. O Sr. Presidente deveria por os olhos em Vila Real, sede de distrito e concelho presidido por um socialista que não pensa como V. Exas e fez do saneamento a sua bandeira de desenvolvimento ao ponto de espalhar cartazes por todo o lado dizendo: “o saneamento no concelho de Vila Real está a 80%”. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves.”

O deputado João Soares quis partilhar o sentimento do respeito e de amizade, independentemente dos pontos de vista contrários.

Disse que o povo é soberano e é o povo que vai escrever quem vai ter assento político nestas reuniões. O povo diz que o sol quando nasce, nasce para todos. E a inteligência também. Um filósofo disse que Deus é uma esfera cujo centro está em toda a parte e a superfície não está em lado nenhum.

Disse que há dias, a falar com um colega que tirou curso com ele na Universidade Católica Portuguesa, a caminho do Algarve, parou no Alentejo, viu um pastor e perguntou-lhe o que era para ele o infinito. O pastor respondeu que o infinito é uma espécie de meio sem pontas. Isto é, a inteligência quando nasce é para todos.

Isto tudo para dizer que foi abordado por um ex aluno o qual lhe mostrou o seu telemóvel e onde pôde ouvir uma comunicação. Confrontou essa informação com uma comunicação que foi feita em 2008 num jornal local, no Notícias de Barroso. Nesse artigo do jornal dizia que “é um privilégio nascer, crescer e voltar mesmo na terceira idade, depois de muitas voltas ao mundo, às terras de Barroso... pude ver, com mais tempo, por estar de férias, os recantos da capital do segundo concelho maior do país em extensão geográfica. Se há concelhos onde o progresso e a modernidade disciplinada se manifestam, Montalegre é um desses concelhos. Muitas vilas lutaram e continuam a lutar pela promoção a cidade, e eu que sou altamente bairrista também já tive esse sonho, mas pensando bem aceito o repto: mais vale uma boa vila do que uma fraca cidade. De facto, Montalegre deu saltos qualitativos muito fortes e é hoje inegavelmente modelo em várias frentes, até para fazer inveja a muitas cidades. Não há nenhum dos 132 lugares, das 35 freguesias, que não tenham estrada alcatroada, luz elétrica e água canalizada. Uma boa parte tem saneamento básico, a sede concelhia desenvolveu-se com louvável organização urbanística e tem estruturas já implantadas para que esse desenvolvimento seja coerente. O Multiusos tem uma área funcional com tudo aquilo que faltava é hoje uma infraestrutura que faz inveja a muitas cidades de gabarito.” Após a leitura desta notícia, disse que nada o move contra o autor desta notícia, pelo contrário. João Barroso da Fonte é, conjuntamente com José António Carvalho de Moura, José Dias Batista, António Medeiros Amaro, Augusto Morais, Tiago Lage, Domingos Pires de Moura, Fernando Afonso Alves, Fernando Lavaredas Torrão, Luís Gonçalves Miranda, colega de seminário e a amizade une-os a todos com diferenças políticas à parte. Depois de ler a notícia “Montalegre, uma vila modelo” e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ouvir o Carvalho de Moura, numa entrevista à TV Barroso, dizer que há 30 anos, a seguir a Vila Real e a Chaves, Montalegre dava cartas e hoje é o concelho mais atrasado do distrito. Em nove anos passa do mais desenvolvido para o mais atrasado.

O deputado Marco Sousa contrariou o deputado João Soares e afirmou que Montalegre não é o segundo concelho maior de Portugal em extensão, mas sim o 16º.

Leu a intervenção do deputado municipal João Soares na última assembleia, no período antes da ordem do dia, na página 5 da atam, onde diz "questionou o PSD pelo facto de afirmar que a exploração do lítio está confirmada. Perguntou como é que o PSD sabe disso e quais são as suas fontes. Disse que deve ser moda levantar notícias e depois pedir desculpas".

Depois da leitura, disse que, no passado dia 24 de julho, o site do Município de Montalegre lançou a notícia "Lítio – 300 milhões de euros, 200 postos de trabalho", tendo como grande promotor o Presidente Orlando Alves. Logo a seguir, no jornal WI e no Diário de Notícias também sai a notícia. Por isso, quem confirmou notícias e quem as levantou foi o Presidente da Câmara contra a vontade do PSD.

Falou sobre o emparcelamento e disse que é uma competência dos municípios, ao contrário do que o Presidente da Câmara afirmou, quando disse que só seria possível por decreto de Lei.

Assumiu que gostou das propostas do programa eleitoral apresentadas pelo Partido Socialista, especialmente a que faz referência aos campos residências cidade/campo de forma a trazer pessoas de grandes centros urbanos para ter contacto com o mundo rural.

O deputado Marco Sousa entregou o seguinte documento à Mesa: "A palavra democracia teve a sua origem nos antepassados Gregos, assim como acontece com muitos outros termos importantes da política, ganhando força durante a Revolução Francesa, tendo em consideração os princípios que assistiam a esta Revolução.

Existem inúmeras versões ou formas para definir "democracia", muitas vezes a definição e interpretação está dependente de um determinado contexto histórico, circunstancial e/ou cultural.

A definição que no meu entender representa a forma de como no meu caso particular vejo a "democracia" é aquela que traduz: "à liberdade de expressão sob qualquer forma, à diferença de todos os cidadãos como seres humanos, à justiça social em todas as componentes (trabalho, habitação, saúde, ensino, infraestruturas), a eleições livres e periódicas, à inexistência de humilhados e privilegiados".

Mesmo assim, Winston Churchill, minha maior referência política definiu a "democracia como o pior regime, com exceção de todos os outros".

Trazendo ambas as definições para a realidade do concelho de Montalegre, existe um longo caminho a percorrer, primeiramente a nível político e conseqüentemente a nível económico e social.

Politicamente, a câmara municipal, através do seu executivo, assume um papel determinante na construção da democracia.

Facto esse que, no meu entender, é o grande inibidor da construção democrática Montalegrense.

Pontes sem estrada, piscinas sem água, estradas sem alcatrão, aldeias sem saneamento, pactuar com ilegalidades cometidas, noites sem luz, campos de tiro em forma de cratera vulcânica, Larouco sem bicicletas, cuidados continuados sem utentes, pastores sem cabritos é a misericórdia que nos resta.

À assembleia municipal, sendo o órgão deliberativo constituído pelos deputados municipais e presidentes de junta, compete acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, assumindo também um papel importante na construção democrática.

No entanto, esperava-se que o seu representante máximo fosse imparcial, respeitador e exemplar na condução dos trabalhos. Resta-nos também a misericórdia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Montalegre depende em grande medida na capacidade de construção de uma alternativa democrática, credível, moderna, não esclerosada e virada para o futuro de todos os cidadãos, independentemente da sua forma de pensar.

Os mais jovens terão um papel crucial na construção desse futuro. Assinado, o deputado municipal, Marco Sousa."

O deputado António Ferreira disse que durante o ano não houve chuvas e por consequência o rio não tem o aspeto que deveria ter. O rio devia ser limpo e ter um aspeto mais limpo mas a questão que se coloca é se a Câmara ou a Junta de Freguesia podem intervir nesse sentido e se tem obrigações ou responsabilidades neste assunto.

Informou que havia uma empresa que fazia a recolha dos cadáveres de animais. Ultimamente isso não tem sido feito, provavelmente por questões financeiras. Perante isto, perguntou o que é que o veterinário municipal já fez no sentido de informar a população o que deverá fazer caso haja animais mortos. A entidade sanitária municipal deverá manifestar-se pois pode tratar-se de uma questão de saúde pública.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

Em primeiro lugar, felicito o deputado António Ferreira por trazer o tema da (não) Recolha de Cadáveres de animais de produção no nosso concelho por ser considerada Zona Remota (conforme o Despacho 3844/2017 do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação), algo que eu também vou falar. De facto, é algo muito grave e penalizador para os nossos agricultores que terão despesas acrescidas na recolha dos cadáveres dos seus animais (mais de 100 euros por cavalo ou vaca) ou para os enterrarem por meios próprios. Por outro lado, trata-se de um grande problema de saúde pública pelo risco elevado de alguns cadáveres serem abandonados em qualquer lugar. E aqui a responsabilidade não é apenas do Veterinário Municipal mas de todos: Agricultores, Câmara, Barrosões em geral e especialmente do Governo que mais uma vez esquece e prejudica o interior. Montalegre deveria, à semelhança do que já fizeram outras Câmaras, como Bragança por exemplo, pedir junto do Governo, Presidente da República e outras instâncias, a revisão ou revogação deste despacho.

Em segundo lugar, queria saber para quando está prevista a conclusão das obras de melhoramento da estrada Montalegre/limites do concelho por Vilar de Perdizes? Já sei que não vai cumprir a peculiar data incluída no protocolo da FIA, 1 de Abril de 2018. Também queria perguntar se a beneficiação vai incluir novo troço entre a saída de Solveira e o local onde já começaram as obras, desviando o trajeto da Sra. da Saúde, como constava do projeto original? E se há realmente intenção por parte desta Câmara em levar a nova estrada pela Ponte da Assureira? Se não o fizer a estrada adotará o nome que o Sr. Presidente costuma dar à ponte: "Estrada da Vergonha"; e o seu nome ficará colado ao mesmo junto com o do seu antecessor. E desculpas esfarrapadas como já deu nesta Assembleia em Abril do corrente ano já não enganam os barrosões: "Sobre a ponte da Assureira disse que não está a ser usada por culpa do PSD de Chaves e por não cumprir o que inicialmente prometeu." Sobre isto, e questionado por mim por e-mail, o Sr. Presidente da Câmara de Chaves respondeu: "Informo que a Câmara de Chaves sempre se mostrou disponível para dar continuidade à estrada até à ponte. Acontece que por motivo de dificuldades financeiras não nos foi possível realizar a obra no presente mandato. No próximo mandato seguramente que pela nossa parte o acesso será executado. Entendo como indigna a referência ao PSD de Chaves. Os executivos municipais representam os municípios, não representam partidos políticos. António Cabeleira, Presidente da Câmara Municipal"

Para terminar, queria lamentar o complexo bipolar que parece afetar o Sr. Presidente Orlando Alves no que concerne a vários temas e num em particular, que é o do Lítio. Quando o jornal Notícias de Barroso falou sobre a exploração de Lítio no concelho e o Sr. deputado Acácio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Gonçalves trouxe o assunto a esta assembleia em Junho passado o Sr. respondeu conforme consta da ata: "Falou das notícias inventadas pelo PSD a dizer que a exploração do lítio está assegurada. (...) Sobre o lítio, o que está escrito é o imaginário. Ninguém sabe nada,...". Uns meses depois, e quando o assunto já deu jeito para a propaganda política e para aparecer em vários órgãos de comunicação social nacionais e regionais, aí o discurso já foi muito diferente! A mensagem oficial veiculada pelo site do município atira logo: "300 Milhões e 200 Empregos". A notícia começa por dizer: "Promete ser a grande notícia do concelho de Montalegre dos últimos anos. Está para breve um investimento superior a 300 milhões de euros num projeto de exploração de lítio na zona de Carvalhais". E a certa altura o Presidente afirma "a região vê nesta exploração uma oportunidade única para o repovoamento do território e uma oportunidade impar de engrandecimento das finanças públicas...". Afinal em que ficamos? Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso."

O deputado Ricardo Moura disse que a bancada da oposição mais parece um local de festa, onde cantam os cantadores ao desafio, do que propriamente um local onde se discutem assuntos sérios de Montalegre. Faltam 18 dias para a resposta certa e a que se merece. Falou da CoopBarroso a produzir batata de semente e de consumo de alta qualidade. Pediu às instituições locais para darem o exemplo e comecem a consumir o que é da terra. Tem que se zelar pelo que é nosso e estar unidos nesta luta para que o concelho possa progredir. Pediu para que dia 1 de outubro haja festa de arromba com educação e respeito.

O deputado Nuno Pereira disse que o grande teórico da democracia social contemporânea é John Rols e não Winston Churchill. Rols não coloca no cerne da democracia as eleições. Para ele, uma sociedade bem organizada é aquela que trabalha com equidade. E a equidade é garantida por um princípio fundamental que é o da diferença. É por isso que grande parte dos sociais democratas, como matriz ideológica da Europa Ocidental, adotam essa matriz porque no jogo da democracia e da equidade está efetivamente o que é fundamental: a democratização das condições de vida e de incremento da dignidade humana. Não temos que ser todos iguais. Temos é que ter as condições para que cada um possa se desenvolver com a maior liberdade possível.

Disse que, pelo que ouviu dos deputados da coligação, o projeto político deles é exigir a retratação.

Disse que uma das primeiras coisas que podem ser realçadas como bandeiras do PS é a estabilidade financeira do Município. Do ponto de vista técnico, a saúde financeira do Município é boa. A segunda marca é a projeção da marca "Montalegre" que vale milhões. Falamos de uma marca reconhecida, respeitada e de qualidade. Só lamenta que sob ponto de vista dos investidores não haja iniciativa de oportunidade de negócio. Em Montalegre produzem-se produtos de qualidade como o mel, a carne, a batata, as castanhas que deveriam ser associados à marca Montalegre. É de louvar o trabalho feito pela autarquia de levar longe o nome Montalegre que não tem sido aproveitado para potenciar, sob o ponto de vista económico, o concelho.

Por último, falou do prolongamento e continuidade da criação de condições que originam qualidade de vida aos Montalegrenses. São todos estes os motivos que nos devem orgulhar a todos.

Deixou votos de uma boa e civilizada campanha eleitoral. Que ganhe o melhor.

O deputado José Fernando Moura perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se já tem alguma informação sobre o financiamento do estádio de Salto, se é através de fundos comunitários ou fundos camarários.

Desejou uma campanha eleitoral serena e parafraseou Kennedy "não vamos olhar para aquilo que o nosso país pode fazer por nós, vamos olhar para aquilo que nós podemos fazer pelo nosso país."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Paulo Barroso disse que o que a oposição diz sobre Montalegre não se diz. Diz que, por questões profissionais, anda pelo país fora e nunca ouviu ninguém falar mal de Montalegre. Conhecem Montalegre pelos grandiosos eventos que aqui se fazem, mas não só. Também os arruamentos, os saneamentos, as variantes, os apoios às Juntas de Freguesia, às associações são de relevo. É uma injustiça aquilo que tem vindo a ser dito. Há gente que devia retratar pelo que foi dizendo, principalmente neste último ano, mas as atitudes ficam com quem as toma.

A deputada Fátima Crespo disse que há 30 anos que vive em Braga e sempre votou em Montalegre. Por lapso, renovou o cartão de cidadão e não verificou que ficou inscrita como eleitora no concelho de Braga. Quando se apercebeu já não havia nada a fazer e já não conseguiu corrigir essa situação.

Agradeceu ao Fernando Rodrigues e ao Orlando Alves porque foram eles que a convidaram para fazer parte da Assembleia Municipal. Foi um período marcante da sua vida, fez muitas amizades e cumpriu com as suas obrigações. Apesar de tudo, continua a ser militante do Partido Socialista e continuará a lutar pelas causas socialistas de Montalegre.

Inscreveu-se para pedido de esclarecimentos o deputado João Soares.

O deputado João Soares disse que o deputado Marco Sousa o interpelou para se retratar das declarações que fez na última Assembleia, mas julga que quem se deve retratar é o Barroso da Fonte por aquilo que disse e o Carvalho de Moura por aquilo que anda a anunciar.

Disse que quando fala em inteligência, fala em coerência. Para se ser credível tem que se ser coerente. Não se pode usar o nome de Montalegre para recuar no tempo.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu à deputada Fátima Crespo o excelente trabalho desenvolvido na Assembleia Municipal. Agradeceu ainda, nesta última reunião do mandato, a prestação que cada um teve na ótica dos seus direitos e opiniões, à semelhança dele que sempre interveio em defesa daquilo em que acredita e onde tem consciência que fez muito bem. O deputado Paulo Barroso merece um abraço muito grande e muita gente havia de se redimir pela tentativa de deitar lama para a sua cara. Depois da decisão do tribunal, o PSD meteu recurso que nem sequer foi aceite, pelo que se aguarda que tenha a elevação de um pedido formal de desculpa.

Disse que o deputado Nuno Pereira falou da medalha de prata da terra desgraçada que tem um executivo que consegue ir ao pódio e estar em segundo lugar no item do equilíbrio orçamental e em 15º lugar para o conjunto dos 308 municípios que pagam a tempo e horas. Disso ninguém fala. A marca Montalegre é de facto uma marca importantíssima que os socialistas vão continuar a preservar e a promover, passando ao lado daqueles que a denigrem, enchendo a boca de que a terra é uma terra desgraçada e sem futuro.

Sobre a intervenção do deputado Ricardo Moura, disse que há a necessidade de congregar o setor da restauração, motivá-los, e implementar esquemas de controlo para ver o que essa verdade se consome em Montalegre.

Sobre os cadáveres dos animais disse que se está a viver uma situação nova, decorrente de um normativo implementado pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária que deixa de apoiar o programa de recolha dos cadáveres em determinadas zonas do país. Não é justo, mas as empresas que recolhem os animais são privadas, querem receber e a entidade financiadora nem sempre tem capacidade para o fazer.

Informou a Assembleia que a recém direção do matadouro foi confrontada com uma pesada fatura para pagar, decorrente das taxas de abate que não estavam a ser pagas desde 2012, tendo suscitado uma visita à Direção Geral de Veterinária, juntamente com o Presidente do Conselho de Administração, e onde ficaram a saber que a empresa que faz a recolha dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

animais é credora em 12 milhões de euros. Isto não é uma situação simpática, assim como não é simpático abandonar os animais, mas a insensibilidade de todos é atroz.

Assumi que fizeram algumas asneiras mas o que fizeram de bem foi muito superior. Afirmou que o autarca de Chaves não quis negociar com Montalegre a estrada e lamenta que dê ao deputado Pedro Barroso a atenção que nunca ao Presidente da Câmara Municipal de Montalegre deu, sinal claro de não quer resolver o problema articulando com quem de direito.

A estrada vai pelo troço existente, que vai ser melhorado até ao limite do concelho, como já foi dito em várias assembleias. Pensa que assim irá ser feita pressão ao colega de Chaves, a quem já ofereceu os préstimos da Câmara nos moldes que se fez com a Câmara de Cabeceiras de Basto quando estava em causa uma ligação digna entre Salto e a rede nacional de auto estradas. Apesar de todos os esforços, o autarca de Chaves nunca aceitou a oferta da Câmara Municipal de Montalegre. Numa reunião da CIM, falou neste assunto e o autarca de Chaves disse lá inverdades que não foram simpáticas, mas agora já percebeu quem o picou. Disse que ia aproveitar e mandar recado pelo deputado Pedro Barroso para que dissesse ao Presidente da Câmara de Chaves para fazer a estrada até à ponte e Montalegre avançará de imediato. Não faz nada de mais pois o atual candidato à Câmara do PSD, enquanto Presidente de Câmara, fez três estradas para Ormeche e nenhuma delas é digna de ser considerada como tal.

Sobre o litio, disse que se foi imaginário foi porque o PSD assim o quis, pois puseram os carros à frente dos bois. A Câmara está apenas a intermediar um assunto que é sério e não bebe dos louros que os outros têm. Constrange-o que, nesta fase, haja desentendimentos para um projeto que é extremamente importante para o concelho de Montalegre.

Agradeceu ao deputado Marco Sousa por ter estudado o programa do Partido Socialista e uma vez que o programa do PSD ainda é desconhecido, é um sinal que o PSD se preocupa mais com o PS do que com ele próprio e é um reconhecimento antecipado da derrota que lhe espera. A ele resta-lhe trabalhar para ganhar pois ainda não está convencido que ganhou, ao contrário do PSD que já está convencido que perdeu.

Disse que achou graça às propostas apresentadas pela coligação quando assumem a criação de 150 postos de trabalho e 5 mil euros para cada criador pecuário. Não sabe onde iriam arranjar orçamento para tudo isto, é uma farsa.

Aconselhou o deputado Marco Sousa a estudar mais um pouco porque o emparcelamento é uma competência do Estado e nunca foi feito porque tal custa muitos milhões de euros.

Disse que as palavras lidas pelo deputado Acácio Gonçalves não eram da sua autoria, coisa que não ficou bem. O autor das linhas transporta-nos para um passado onde ele já navegava enquanto político de má memória. Disse que quem fez a feira do fumeiro foi a Câmara Socialista. Não tentem roubar aquilo que se fez de bom e que V. Exas tanto desdenhavam como aliás, o fazem ainda. Não é verdade que houvesse um plano de desenvolvimento para o Alto Tâmega. Nessa altura, anos 80, houve sim um Plano de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás os Montes (PDRITM) que deu à Câmara Municipal de Montalegre 500 mil contos. Uma dádiva choruda que o Presidente da Câmara de então, e agora candidato do PSD, não soube aproveitar e desbaratou ao ponto de merecer as maiores críticas junto dos dirigentes de então do PSD.

Disse que ele, enquanto Presidente de Câmara e em quatro anos de mandato, fez o saneamento de S. Lourenço, de Solveira, da Vila da Ponte e de Morgade. O Prof. Carvalho de Moura, o candidato do PSD, em dezasseis anos de governação fez meia dúzia de saneamentos que não funcionam. Numa altura em que havia os tais 500 mil contos para gastar, a Vila de Montalegre não tinha água, nem saneamento. A água no verão era cortada, havia restrições ao consumo e a maior parte da água que abastecia a vila era captada no rego misturada com os dejetos dos animais. Nesse mesmo tempo só se viam ruas enlameadas. Concluindo, a Câmara socialista pôs água canalizada em todo o concelho, fez a maior parte dos saneamentos e bem-feitos, cumprindo as regras ambientais, e gastou milhares de euros para eliminar as estradas esburacadas e o isolamento das aldeias. Temos uma rede viária de fazer inveja a qualquer concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Nesse passado, a batata de semente era despejada nas bermas da estrada porque a Câmara não emparceirava com os produtores locais e aos seus problemas era insensível. Preferia fazer geminações. Agora o PSD tem no seu programa fazer geminações com aldeias galegas e cidades afins. Coisa que ninguém entende o que seja. É o retomar das deslocações à América ao encontro da Miss Cabrilho. Era o tempo em que a Câmara de Montalegre não dava dinheiro para a organização do congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes. Mais, contestava-o porque o Padre Fontes era uma árvore frondosa de fazer muita sombra. Não havia apoios para quase nada. Só havia dinheiro para fazer campos de futebol que ninguém usava. Era o tempo da política feita ao estilo do regabofe que permitia que o Sr. Ministro da Presidência, Marques Mendes, tivesse vindo a Montalegre assistir a um comício do PSD em helicóptero do Ministério da Defesa. A política deve ser feita com decoro e dignidade. Coisa que o candidato do PSD não sabe o que seja. Eos que agora se seguem ficam muito mal na fotografia.

Realçou que, apesar de certas pessoas considerarem Montalegre um dos concelhos mais atrasados do país, ainda há empresas onde se pode comprar ferro, blocos e cimento. Os cães não se mandam matar. Ignorância e insensibilidade maior não haverá. Encaminham-se para o canil, tal como fazemos. O vale tudo para denegrir a imagem dos políticos e autarcas do PS e a imagem do concelho de Montalegre não vai seguramente dar bons resultados.

Disse que a oposição contesta a pista, mas informou que mais uma prova do mundial de ralicross está marcada para o próximo ano e 600 mil euros terão que ser gastos até lá. Os socialistas veem na pista uma forma de promoção da nossa terra, uma alavanca de desenvolvimento e vão querer ter muitos anos o campeonato do mundo em Montalegre. Os comerciantes e hoteleiros da nossa terra agradecem. O futuro também passa por aqui; seremos sempre o contrário do PSD que contesta as sextas 13, querendo tributar as entradas dos visitantes na Vila de Montalegre; contesta o Ecomuseu da Borralha, considerando-a como uma obra inútil e faraónica. Contesta o estádio municipal de Vilar de Perdizes e de Salto. O de Vilar já é uma realidade. O de Salto é uma obra cara e depende da aprovação de uma candidatura que tem que obedecer a determinados requisitos e prazos.

Disse que está confortado por sentir que o lado para onde rema é o lado para onde as águas correm e desaguam. Ao contrário do PSD que está constantemente a remar contra a maré. Sempre viveu com dignidade e é postura que não quer perder.

O Senhor Presidente da Assembleia deixou uma palavra de agradecimento por ter merecido a confiança da grande maioria dos deputados da assembleia municipal e aos dois elementos que com ele fazem parte da Mesa. Disse que o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal é eleito como qualquer outro membro, mas é escolhido para dirigir os trabalhos conforme as normas regimentais. Toda a Mesa assumiu essa responsabilidade, a qual foi cumprida, e fazer também a cooperação institucional com os outros órgãos autárquicos. Fica o sentido de dever cumprido. Aos que vão deixar o órgão, agradeceu a especial atenção democrática por terem servido os eleitores que os escolheram.

Disse que a partir do dia 1 de outubro a vida continua. Uns saem, outros entram. Os escolhidos serão todos democraticamente verdadeiros representantes dos Barrosões que sempre se devem saber honrar, mesmo na mais acesa luta política e partidária. A degradação da política causa-se com os extremismos e com a mentira, é um contributo negativo na credibilidade pessoal, mas prejudica o processo democrático, afasta as pessoas e enfraquece a credibilidade dos partidos, dos políticos e das instituições. Portanto, todos devem fortalecer esses valores.

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Informação relativa à atividade desenvolvida pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia sobre a impossibilidade do Representante da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega estar presente nesta sessão da Assembleia Municipal, pelo que o Relatório será apresentado até dezembro de 2017.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Não posso deixar de criticar, em vésperas de eleições autárquicas, o aproveitamento político descarado que o candidato do PS, Orlando Alves, faz de obras feitas pelo município com o dinheiro de todos os Barrosões. E ainda mais quando são usadas obras inacabadas para a campanha política. Na última semana houve dois casos flagrantes, um em Pitões (onde inclusivé as fotos do gabinete de imprensa foram usadas na página da internet do PS) e outro em Negrões. O caso desta aldeia é paradigmático, pois, quando tem tantas necessidades por cumprir, viu meia rua inaugurada. E sobre isso isto o Sr. Presidente afirmou: "Fizemos metade da rua e iremos dar-lhe continuidade no próximo ano, porque nem sempre conseguimos ter orçamento para fazer tudo aquilo que queremos". Gastam-se 30 mil euros e nem sequer se acaba a rua e vai-se lá fazer festa e política. Onde chega o descaramento. Acho que Negrões merece mais. Peço atenção ao Município para a necessidade de revisão do Regulamento de apoio à exploração pecuária, vulgarmente designado "apoio à sanidade", pois desde que se constitui a nova OPP, na CoopBarroso, os preços da sanidade aumentaram e o valor do apoio manteve-se, o que penaliza os criadores de bovinos e pequenos ruminantes. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso."

A Assembleia tomou conhecimento.

4.3 - Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sítos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2018.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.4 - Proposta de lançamento da derrama e da definição da respetiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2017, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2018.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Inscreveram-se para intervir os deputados Marco Sousa e Nuno Pereira.

O deputado Marco Sousa entregou o seguinte documento à Mesa: "O PSD/CDS conforme tem defendido ao longo deste mandato, reitera a política de abolição da taxa de derrama municipal devido ao facto de considerar ser uma medida inibidora da atividade económica e não fomentar a competitividade económica do concelho face a concelhos limítrofes (por exemplo Boticas não tem taxa de derrama e Chaves isenta sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Chaves) e com concelhos com especificidades idênticas ao de Montalegre (por exemplo Torre de Moncorvo efetua discriminação positiva mediante o sector de atividade CAE). Sendo assim, votamos contra. Assinado o deputado municipal, Marco Sousa."

O deputado Nuno Pereira disse que mais de 85% das pessoas do concelho de Montalegre tem saneamento básico. É só fazer as contas ao número de aldeias e dos habitantes e logo se chega a esta conclusão. O tipo de argumentação que se faz tem que ter conetividade com a realidade e o que efetivamente conta são as pessoas.

Sobre a taxa de derrama, disse que nunca foi contra mas pede que tenham atenção com os contribuintes que seriam abrangidos e que não atingem determinado plafond de rendimentos. Daí pede que se vote favoravelmente.

Deliberação: Aprovado por maioria com sete votos contra, dos deputados Acácio Gonçalves, Albertina Lopes, Sofia Fernandes, Marco Sousa, Pedro Barroso, Domingos Vasconcelos e José Fernando Moura.

4.5 - Proposta de fixação, para o ano de 2018, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.6 - Participação variável no Imposto sobre Rendimento das pessoas Singulares (IRS) / Definição da taxa de IRS a fixar para o ano de 2018.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Marco Sousa.

O deputado Marco Sousa entregou o seguinte documento à Mesa: "O PSD/CDS defende que a autarquia de Montalegre deveria abdicar na íntegra ou em parte dos 5% do IRS em favor das famílias Montalegrenses.

Tendo em conta que o concelho possui uma população flutuante assinalável e que a tendência demográfica tem sido a diminuição dos residentes, o facto de abdicar na íntegra ou em parte dos 5% do IRS poderia servir como medida simbólica de retenção do êxodo constante e de um claro sinal que a autarquia está junto dos seus munícipes em momentos difíceis como o atual momento do país.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A título de sugestão poderia aplicar a taxa de IRS do município mediante o crescimento económico do país (Crescimento do PIB) do ano transato, ou seja, cobrava mais em momentos de aceleração económica e menos em momentos de estagnação.

Sendo assim, votamos contra. Assinado, o deputado municipal, Marco Sousa”.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis votos contra, dos deputados Acácio Gonçalves, Albertina Lopes, Sofia Fernandes, Marco Sousa, Pedro Barroso e José Fernando Moura.

4.7 - Prestação de Contas do Município relativa ao primeiro semestre de 2017.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e Nuno Pereira.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o documento apresentado espelha o trabalho que a Câmara fez até esta data. Quando analisa a situação financeira da autarquia, realçam-lhe duas rubricas: as verbas destinadas à Santa Casa da Misericórdia de Montalegre no valor de 176 mil euros e depois aparece outra verba para a Unidade de Cuidados Continuados, uma verba de 140 mil euros. Disse que a Câmara não deve atribuir estes subsídios separadamente. Se é para a mesma instituição deve constar o bolo total. Na verdade, a autarquia libertou para a Misericórdia 320 mil euros de subsídios. Sabe que está cabimentado em meio milhão de euros. Falou também da pista automóvel e que o Presidente da Câmara alega que as provas de rali dão grande publicidade ao concelho, mas não concorda. Mexe pouco com a atividade económica do concelho.

Disse que o Ecomuseu está sempre a pedir mais alimento e não percebe como é que esta associação com tantas atividades não é autossustentável.

Disse que o executivo em funções gastou 200 mil euros em saneamentos até esta data e vê obras feitas sem faturas pagas. A data da entrega das faturas deve ser negociada com o empreiteiro.

Disse que também a pista automóvel tem rubricas separadas, mas juntando-as todas tem uma despesa na ordem dos 700 mil euros.

Quanto à piscina, disse que continua fechada e nada fazem para a abrir, com todas as consequências que acarreta para o ensino educativo.

Disse que na rubrica dos arranjos urbanísticos se vê gasto em Pitões 150 mil euros, em Salto 190 mil, no Bairro Albino Fidalgo, com Mercedes e BMW estacionados, gastaram 160 mil euros e em Vilar de Perdizes não gastaram nada. Não percebe.

Sobre a dívida a curto prazo a fornecedores, disse que já vai na ordem de 800 mil euros.

O deputado Nuno Pereira disse que se trata de um documento técnico e por isso nada tem a acrescentar. No entanto, questionou o Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao assunto dos autocarros da Câmara se está prevista a substituição dos mesmos.

Quanto à dívida, disse que as dívidas são para se gerirem pois se não houver dívida a economia morre. Deve-se ter uma visão progressista para termos opinião sobre questões financeiras. Perante isto, afirmou que não há nenhum motivo nem sinal para alarme.

O Senhor Presidente da Câmara disse que dois autocarros vão ser vendidos. Um fica para apoio às associações, clubes desportivos, ranchos folclóricos e Banda de Parafita. Irão ser vendidos quase novos, mas as regras são estas e à Câmara só lhe cabe cumpri-las. A base de licitação rodará os 14 mil euros por cada autocarro.

Disse que as transferências para a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre estão protocoladas e tudo feito dentro da lei.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Quanto às contas, disse que não faz política pelos êxitos alcançados mas tem muita vaidade por ter a nossa Câmara no 2º lugar no equilíbrio orçamental nos 308 municípios, 2º lugar na pontuação global no distrito, 15º lugar nos Municípios que pagam a tempo e horas, 25º lugar para os Municípios com menos volume de juros e encargos, 28º lugar para o conjunto dos 100 municípios de pequena dimensão, 43º lugar para os municípios com melhor índice de dívida total, 53º lugar para os municípios com melhor eficiência financeira, 87º para os municípios para o grau de execução de receita superior à despesa. São dados do Anuário Financeiro das Autarquias e é um trabalho sério, credível, coordenado pela Universidade do Minho, do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, da CCDRN e que envolve o Tribunal de Contas.

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que não foi transferido para a Misericórdia nem mais um tostão para além das verbas aprovadas por unanimidade na Assembleia Municipal.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.8 – Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2017 / artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei nº 22/2015.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.9 - 2ª Revisão aos documentos previsionais aprovados para o ano de 2017 (revisão ao orçamento da receita, revisão do orçamento da despesa).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.10 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria da Conceição Luís Albelo Gonçalves, residente rua do Couto, nº 14, Outeiro, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.11 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Jorge Correia Teixeira, residente rua da Cortinha, nº 1, Bagulhão, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.12 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Carlos Manuel Ramos Lopes, residente na rua Costa do Vale, nº 52, Travassos do Rio, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.13 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Fátima Afonso Miranda, residente na rua Carril, nº 16, Viade de Cima, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.14 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Manuel Lopes Alves, residente na rua Nova, nº 2, Reigoso, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.15 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Filipe José Rua Moura, residente na rua Capela, nº 14, Antigo de Sarraquinhos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.16 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. João Manuel Miranda Lima c.c herança de, residente na rua Carril, nº 4, Viade de Cima, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.17 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Manuel Rua Lucas, residente na rua do Forno, nº 2, Arcos, freguesia de Cervos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.18 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Rodrigues Dias, residente na rua da Fonte, nº 8, Castanheira, freguesia de Chã, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.19 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Dias Moura, residente na rua Santo, nº 1, Gralhós, freguesia de chã, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.20 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Albertina Rodrigues Miguel Cachandola, cabeça de casal da herança de, residente na rua dos Caldeireiros, nº 14, Pitões das Júnias, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.21 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Pires Esteves Mourão, residente na rua do Rigueiro, nº 3, Outeiro, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.22 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Fernanda Marques Matos Minas, residente rua do Carvalho, nº 5, S. Lourenço, freguesia de Cabril, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.23 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Júlia Natividade Fernandes Barroso Pereira Jorge, residente na rua da Capela, nº 2, Linharelhos, Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.24 - Pedido de apoio financeiro formulado pela freguesia de Sarraquinhos, destinado a apoiar as despesas com a beneficiação de caminhos.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o pedido feito pela Junta de Freguesia de Sarraquinhos não é esclarecedor, pois pede 30 mil euros para obras e beneficiação de caminhos que são de interesse comum, mas não se sabe quais são os caminhos porque de interesse comum são todos.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Junta de Freguesia de Sarraquinhos já gastou lá muito dinheiro. Bem mais do que aquilo que a Câmara dá e junto com o pedido de apoio financeiro vinha o ortofotomapa com a indicação dos caminhos.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Acácio Gonçalves, Albertina Lopes, Sofia Fernandes, Marco Sousa, Pedro Barroso e José Fernando Moura.

4.25 - Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Montalegre e Padroso, destinado a apoiar as despesas com a organização do Torneio de Futsal.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Marco Sousa.

O deputado Marco Sousa disse que o pedido de apoio formulado pela União de Freguesias de Montalegre e Padroso foi para organização do Torneio de Futsal, no entanto este evento está publicitado no site do Município como sendo organizado pelo Município de Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Município publicitou o evento como coorganizador.

Deliberação: Aprovado por maioria com quatro abstenções Acácio Gonçalves, Albertina Lopes, Sofia Fernandes e Marco Sousa.

4.26 - Pedido de apoio financeiro formulado pela Freguesia de Cabril, destinado a apoiar as despesas com a pavimentação no Santuário da Sra. das Neves, na aldeia de S. Lourenço.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que se lembra que em S. Lourenço havia um conflito terrível entre o Padre, a população e empreiteiros, pois a Comissão de Festas tinha um bolo financeiro que foi gasto em arranjos na aldeia, quando devia ser gasto na Sra. das Neves. Agora vê este pedido de apoio para o arranjo no Santuário da Sra. das Neves e pensa que não deve ser atribuído.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara disse que se trata de um apoio à preservação do património religioso

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Acácio Gonçalves, Albertina Lopes, Sofia Fernandes, Marco Sousa, Pedro Barroso e José Fernando Moura.

4.27 - Pedido de apoio financeiro formulado pela freguesia de Tourém, destinado a apoiar as despesas com a beneficiação dos arranjos da capela Mortuária da freguesia.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Pedro Barroso e Paulo Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Há vários pedidos de várias Juntas nesta Assembleia e diferente tratamento dos mesmos por parte do município, o que é questionável. Por exemplo, a Junta de freguesia de Cabril pede mais de 20 mil euros e recebe 10 mil da Câmara, enquanto a Junta de Sarraquinhos pede 30 mil e recebe 30 mil, a da União de freguesias de Sezelhe e Covelães pede 31 mil e recebe mais de 32 mil (sei que neste caso inclui o valor do IVA).

Acho que devia existir um maior critério na atribuição dos apoios a conceder às juntas de freguesia e isso devia ser definido no orçamento ou no início do ano. Além disso, deviam ser atribuídos donativos iguais para obras iguais.

E vou falar em concreto deste apoio para a capela mortuária de Tourém. Eu acho muito bem que esta obra seja apoiada, tal como já defendi com outras casas mortuárias. Não posso é aceitar que Codeçoso tenha pedido 15 mil euros e recebido da Câmara 5 mil euros (com a desculpa do Sr. Presidente que não dava mais pois o normal até era dar 2 a 3 mil euros) e agora Tourém pede 27.878,00 euros e recebe a totalidade. É uma vergonha e espero que o Sr. Presidente não receba nem um voto em Codeçoso.

Aproveito para pedir mais rigor aos Srs. Presidentes de Junta nos pedidos efetuados à Câmara, pois vejo alguns sem orçamentos a acompanhar e outros mal formalizados, como é o caso deste de Tourém em que se faz um pedido de 28788,00 euros quando na realidade o orçamento já com Iva incluído é de 27.878,00 euros. Vê-se que é uma distração mas deve existir um maior cuidado na preparação destes documentos. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso."

O deputado Paulo Barroso disse que esta verba solicitada por parte da Junta de Tourém é um suplemento, pois a obra em causa não se resume a apenas isso. Tem a recuperação do largo da zona envolvente à capela mortuária que custa muito dinheiro. O valor total da obra será suportado pela Junta de Freguesia de Tourém e congratula-se por ver esta verba aprovada na assembleia municipal.

O Senhor Presidente da Câmara disse que se trata de um apoio à preservação do património religioso.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Acácio Gonçalves, Albertina Lopes, Sofia Fernandes, Marco Sousa, Pedro Barroso e José Fernando Moura.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.28 - Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a apoiar as despesas com a limpeza e arranjo do caminho de Lamas a Loivos.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.29 - Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Sezelhe e Covelães, destinado a apoiar as despesas na construção de um muro de suporte do caminho do Cemitério em Paredes do Rio.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.30 - Protocolo de Execução da Rede de Transportes Escolares.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Domingos Vasconcelos.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que é deputado municipal há 28 anos e durante esse tempo vivenciou coisas boas e outras menos boas, mas da sua parte agradece a todos e pede desculpa se por ventura feriu alguém. Desejou as melhores felicidades a todos os que vão continuar na vida política e aos que vão sair, desejou também tudo de bom.

Sobre os autocarros da Câmara, disse que não há dúvida que têm que ser vendidos, mas questionou o Presidente da Câmara o que irá fazer relativamente aos motoristas.

O Senhor Presidente da Câmara disse que os funcionários da Câmara que estão como reposicionados de acordo com as suas competências.

5 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público, tendo o Senhor Joaquim Silva usado da palavra.

O Senhor Joaquim Silva disse que telefonou para os Estados Unidos da América por causa do furacão e informou que não há vítimas portuguesas e lamenta que, por parte das edilidades Barrosãs, não tivesse havido nenhuma tentativa de contacto com as comunidades emigrantes.

O segundo motivo da sua intervenção prende-se com as eleições e assumiu-se como candidato a presidente à União de Freguesias de Montalegre e Padroso.

O Senhor Presidente da Assembleia retirou-lhe a palavra pois no período de intervenção do público só pode ser debatidas questões gerais do município ou da ordem de trabalhos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas

O 2º Secretário

Alberto Martins Fernandes